



# Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

5ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento - Nº 1415043-16.2022.8.12.0000 - Campo Grande

Relator(a) – Exmo(a). Sr(a). Des. Vilson Bertelli

Agravante : Ofx Assessoria Contratual Eireli.

Advogado : Cláudio Heleodoro de Souza (OAB: 59884/SC).

Advogado : Guilherme Suriano Ourives (OAB: 17850/MS).

Advogado : Pedro Paulo Sperb Wanderley (OAB: 13034/MS).

Agravado : Ministério Público Estadual.

Prom. Justiça : Fabricio Proença de Azambuja.

Interessado : Sociedade Campograndense de Televisão Ltda.

Advogado : Marco Antonio Cecílio Filho (OAB: 81858/RJ).

Interessada : Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda.

Advogado : Marco Antonio Cecílio Filho (OAB: 81858/RJ).

Interessado : Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda..

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EFEITO DEVOLUTIVO RESTRITO – ALEGAÇÕES DE SUSPEIÇÃO E NULIDADE DO INQUÉRITO CIVIL NÃO CONHECIDAS – TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPATÓRIA – PUBLICIDADE ENGANOSA – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

01. O agravo de instrumento tem efeito devolutivo restrito à questão decidida pelo pronunciamento contra o qual se recorreu, não sendo possível o conhecimento de alegação não submetida à apreciação do juiz a quo. Alegações de suspeição e nulidade do inquérito civil por cerceamento de defesa não conhecidas.

02. Para concessão da tutela de urgência antecipatória, é fundamental a presença da probabilidade do direito e o perigo de dano, conforme art. 300 do Código de Processo Civil. A capacidade de induzir o consumidor em erro sobre as situações fáticas e jurídicas que envolvem a renegociação de débitos demonstra a publicidade enganosa veiculada pela ré. Presença dos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil.

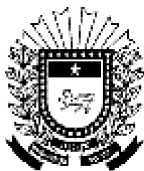
Recurso conhecido em parte e não provido.

## A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM, em sessão permanente e virtual, os(as) magistrados(as) do(a) 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na conformidade da ata de julgamentos, a seguinte decisão: Por unanimidade, conheceram em parte e negaram provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 31 de março de 2023

Des. Vilson Bertelli  
Relator(a)



## Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

### R E L A T Ó R I O

O(A) Sr(a). Des. Vilson Bertelli.

Ofx Assessoria Contratual Eireli interpõe agravo de instrumento contra decisão de deferimento do requerimento de antecipação dos efeitos da tutela, proferida nos autos de processo nº 0957035-11.2022.8.12.0001, da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da comarca de Campo Grande. Foi determinado aos réus Sociedade Campograndense de Televisão Ltda – TV Interativa Guanandi - "Band MS", Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda - "SBT MS" e Rede MS Integração e Televisão Ltda - "Record MS" que cessem, em 24 (vinte e quatro) horas, a veiculação, em sua programação e intervalos comerciais, ainda que em espaços cedidos a terceiros, de toda e qualquer publicidade enganosa promovida pela ré Ofx Assessoria Contratual Eireli - "O Facilitador", entendida como aquela em que há promessa ou qualquer menção de redução de percentuais determinados do valor de financiamentos assumidos pelos consumidores, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por publicidade veiculada em desacordo com esta decisão.

Suscita a nulidade do inquérito civil por cerceamento de defesa, porque não teria sido cientificada sobre a existência do Inquérito Civil nº 06.2022.00000592-2, instaurado para apuração de eventual fraude ou golpe aplicados pela ré. Argui a suspeição do juiz. Sustenta ausência da probabilidade do direito, porque as publicidades veiculadas não prometem reduzir a dívida, mas apenas convidam o público alvo (pessoas em situação de insolvência que vêm atravessando dificuldades financeiras), a comparecerem no escritório para melhor conhecerem os serviços prestados pela ré. Afirma prestar apenas a negociação extrajudicial da dívida, de modo administrativo, e não serviço judicial.

O recurso foi recebido somente no efeito devolutivo, p. 166/168.

Contraminuta às p. 176/197, pelo não conhecimento da alegação de suspeição do juiz do recurso e não provimento do recurso.

A Procuradora de Justiça opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso, p. 202/206.

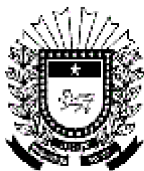
### V O T O

O(A) Sr(a). Des. Vilson Bertelli. (Relator(a))

### I. Fundamentação

#### 1.1. Da questão preliminar

Inicialmente, o recurso deve ser conhecido de parte. Isso porque a decisão agravada se refere apenas sobre a tutela de urgência requerida pela parte



## Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

agravada. A alegação do agravante sobre a suspeição e a nulidade do inquérito civil por cerceamento de defesa não foi submetida ao juiz *a quo*.

Conforme ensina Barbosa Moreira, o agravo tem efeito devolutivo restrito à questão decidida pelo pronunciamento contra o qual se recorreu.

Por isso, não conheço do agravo na parte em que suscita a suspeição e a nulidade do inquérito civil por cerceamento de defesa, questões não analisadas na decisão impugnada.

### 1.2. Do recurso

Trata-se de ação inibitória de ilícito ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra Ofx Assessoria Contratual Eireli, Sociedade Campograndense de Televisão Ltda – Tv Interatva Guanandi – “BAND MS”, Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda – “SBT MS” e Rede MS Integração e Televisão Ltda – “RECORD MS”. Pretendeu a concessão da antecipação dos efeitos da tutela para “SBT MS”, “BAND MS” e “RECORD MS” retirarem do ar em seus programas, programação, bem como intervalos comerciais toda e qualquer publicidade enganosa veiculada pelo requerido “O FACILITADOR” com mensagem de promessas de redução de valor de financiamento pré-determinado ou realizar qualquer espécie de publicidade desse teor.

A decisão agravada deferiu o requerimento, determinando aos réus que cessem, em 24 (vinte e quatro) horas, a veiculação, em sua programação e intervalos comerciais, ainda que em espaços cedidos a terceiros, de toda e qualquer publicidade enganosa promovida pela ré Ofx Assessoria Contratual Eirelli - "O Facilitador", entendida como aquela em que há promessa ou qualquer menção de redução de percentuais determinados do valor de financiamentos assumidos pelos consumidores, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por publicidade veiculada em desacordo com esta decisão.

A agravante sustenta ausência da probabilidade do direito, porque as publicidades veiculadas não prometem reduzir a dívida, mas apenas convidam o público alvo (pessoas em situação de insolvência que vêm atravessando dificuldades financeiras), a comparecerem no escritório para melhor conhecerem os serviços prestados pela ré. Afirmar prestar apenas a negociação extrajudicial da dívida, de modo administrativo, e não serviço judicial.

Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência antecipada será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano.

O juízo de convencimento deve ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte pretendente da tutela de urgência, não apenas quanto à existência do seu direito subjetivo, mas também, e principalmente, em relação aos males a que ela e o réu estão expostos.

No caso, ao contrário do sustentado nas razões recursais, a publicidade veiculada pela recorrente era expressa: "O facilitador, negociamos e



## **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**

reduzimos em até 70% a sua dívida", áudio GTCG3954 p. 922 dos autos de processo na origem.

Conforme o art. 6º, inciso III, da Lei 8.078/90, é direito básico do consumidor a informação adequada e clara. Nesse aspecto, a recorrente não tem como assegurar aos seus clientes o percentual de redução do valor da prestação do financiamento, pois essa redução está condicionada à negociação do débito junto à instituição financeira (depende da manifestação de vontade de terceiro e não somente de sua própria intermediação para isso).

Outrossim, além da necessidade do comportamento de terceiro para a definição da viabilidade ou não de redução do valor das prestações mensais do veículo, a limitação do percentual de juros não se aplica aos encargos cobrados pelas instituições financeiras, de acordo com os enunciados da Súmula do 596 do STF e Súmula 382 do STJ.

Assim, presente a probabilidade do direito relacionada à publicidade enganosa veiculada pela ré (art. 37, § 1º, do CDC), ao se considerar a capacidade de induzir o consumidor em erro sobre as situações fáticas e jurídicas que envolvem a renegociação de débitos.

De outro lado, o risco de dano grave é inerente à possibilidade de inscrição do nome dos consumidores em órgãos de proteção ao crédito ou de perda da posse do veículo em procedimento judicial de busca e apreensão a ser instaurado pelo credor fiduciário, após o incentivo, pela recorrente, de inadimplemento das parcelas contratadas com o credor. Isso porque, conforme informado nos autos de processo, ao contratar o serviço, o consumidor assumiria a obrigação de pagar, diretamente à recorrente as parcelas do recálculo do contrato e não mais ao credor fiduciário.

Por isso, mantenho a decisão recorrida.

### **II. Dispositivo**

Ante o exposto, em parte com o parecer, conheço de parte do recurso e, nesta, nego-lhe provimento.

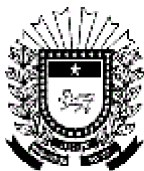
### **D E C I S Ã O**

Como consta na ata, a decisão foi a seguinte:

**POR UNANIMIDADE, CONHECERAM EM PARTE E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR**

Presidência do(a) Exmo(a). Sr(a). Des. Vilson Bertelli

Relator(a), o(a) Exmo(a). Sr(a). Des. Vilson Bertelli



## **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**

Tomaram parte no julgamento os(as) Exmos(as). Srs(as). Des. Vilson Bertelli, Des. Geraldo de Almeida Santiago e Des. Alexandre Raslan.

Campo Grande, 31 de março de 2023.